



Ata da Consulta Pública – nº 0764/2023

Histórico de Versões

Data	Versão	Descrição	Autor	Revisor
18/08/2022	1.0	Consulta Pública 0764/2023 presencial ocorrida em Brasília e São Paulo.	Matheus H. Sato	Carlos Fabrício F. dos Santos



Consulta Pública 0764/2023			Realizada em 17/08/2023	
Assunto		Processo de oferta do serviço patrocinado de dados para os usuários da solução Cidades GOVBR.		
Convocada por	SERPRO	Email	cp-patrociniodados@serpro.gov.br	
Registrador		Carlos Fabrício Ferreira dos Santos		
Resumo: Consulta Pública Tráfego Patrocinado para solução Cidades GOVBR				
Participantes:				
Empresa	Nome	Email	Telefone	
Serpro	Alexandre Santos Coutinho	alexandre.santos-coutinho@serpro.gov.br	11 3730-1025	
	Allston Martins	allston.martins@serpro.gov.br	41991194682	
	Carlos Fabrício Ferreira dos Santos	Carlos-fabricio.santos@serpro.gov.br	11964342458	
	Christian Patrick Rotava	christian.rotava@serpro.gov.br	41 991758405	
	Cristiane Lustosa	cristianelguimaraes@gmail.com	61999784544	
	Débora Maurmo Modesto	debora.modesto@serpro.gov.br	21 987775608	
	Dulcimara Delfes	Dulcimara DelfesDulcimara.delfes@serpro.Gov.BR	61991321343	
	Herlon Hernandes	Herlon.hernandes@serpro.gov.br	11.999582305	
	Matheus Hiroyuki Sato	Matheus.sato@serpro.gov.br	1137303922	
	Patrick Akamine Pescara	patrick.pescara@serpro.gov.br	11 984912986	
	Samantha Dornelo de Oliveira	samantha.oliveira@serpro.gov.br		
	Theo Ignez Pavan	theo.pavan@serpro.gov.br		
	Weldson Queiroz de Lima	weldson.lima@serpro.gov.br	61 992262130	
	Algar Telecom S.A	Antonio Jose Guerra da Silva	antoniojs@algartelecom.com.br	11975147116
	Claro	Yuri Hermans	yuri.rezende@claro.com.br	61991331792
Datami	João Pedro Marinho Bueno Ferreira	jbueno@datami.com.br	11999512123	
	Jose Fernandes	jfernandes@cleartech.com.br	11999182017	
Telefônica Brasil	Abilio Pires	abilio.pneto@telefonica.com	61999877767	
	Cristiano Veloso Souza Mendes	Mendes cristiano.mendes@telefonica.com	31987632880	
TIM S.A	Éden Jorge de Andrade	eandrade@timbrasil.com.br	61981130686	

Abertura:

Iniciada a consulta com a apresentação da dinâmica da consulta pelo Sr. Herlon do Serpro. Apresentação realizada sobre a solução Cidades GOVBR, pela equipe em Brasília (Dulcemara, Cristiane e Rodrigo).

Do objeto da Consulta Pública, abaixo os itens da especificação e suas considerações.

Itens da Consulta Pública	Considerações	
	Participantes Externos	Serpro
1. Objeto		
1.1.Consulta Pública para o processo de oferta do serviço de link patrocinado de dados para os usuários da solução Cidades GOVBR, tendo como beneficiário direto o usuário que acesse os serviços prestados pelo SERPRO através desta solução.		
2. Especificação do objeto		

<p>2.1. Item 1: Serviço de link patrocinado de dados</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Antonio da Algar questiona se a solução será realizada através de um APP. Informa que pelo App seria mais fácil para operado controlar os dados patrocinados - Cristiano da Vivo, cita que o patrocínio de dados hoje é mais utilizado pelo mercado financeiro. Sugeriu que o patrocínio de dados poderia ser realizado por ip. Cristiano reafirma que a tarifação seria pelo ip acessado(dados da página acessada). - Cristiano responde que o cliente deve estabelecer claramente o que deve ser acessado via patrocínio de dados, motivo pelo qual o filtro por ip seria mais viável que por URL. - João da Datami questiona se o Serpro irá informar todas as URLs que serão patrocinadas.ou se será patrocinado por tudo que virá do aplicativo. - Antonio questiona como será a contratação do serviço, se um único gestor ou por operadora. - Vivo se manifesta o modelo de credenciamento seria uma ótima opção - Cristiano da Vivo teria como avaliar para o setor público, pelo privado deveria ser analisado. - José da Datami sugere que o Serpro deverá avaliar o volume de dados trafegado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rodrigo do Serpro responde que queremos conhecer as soluções oferecidas pelas operadoras, mas que inicialmente a solução não possui um APP, hoje o Acesso é realizado via URL Herlon complementa se o patrocínio de dados pode ser realizado por App e/ou URL. - Weldson do Serpro questiona como é realizado a tarifação se haveria diferença da cobrança por aplicativo ou URL ---Dulcemara complementa que estamos avaliando justamente as questões sobre o APP e URL -Rodrigo pergunta sobre White list no caso de filtros por URL. Herlon complementa a questão com o filtro realizado por ip, seria indiferente o uso do APP ou WEB -Dulcemara do Serpro, responde que esse foi o motivador desta consulta como as operadoras realizam o patrocínio de dados. Essa é a questão se o Serpro utilizará o acesso WEB ou APP. ue caso seja utilizado o aplicativo somente o que estiver no aplicativo que for acessado pelo APP deverá ser contemplado. -Herlon responde que estamos estudando, mas princípio seria o modelo por credenciamento. Marley reforça que hoje principal modelo seria por web. Herlon questiona se no modelo adotado pelo mercado financeiro as operadoras tem algum estudo sobre o tamanho do tráfego proveniente dos App ou Sites.
<p>2.1.1. A fornecedora do serviço deverá ser capaz de mensurar o consumo por serviço/prefeitura acessado por meio de relatórios e dashboards (painéis gerenciais);</p>		
<p>2.1.2. Permitir que o usuário gestor SERPRO defina os serviços digitais que poderão ser acessados;</p>		
<p>2.1.3. O acesso ao link patrocinado deve realizar o mapeamento da geolocalização do cidadão dentro do município credenciado para oferta desse serviço (contratado Cidades GOV..BR);</p>	<p>Cristiano menciona a utilização dos dados levantados pelo open-gateway, que possui vários dados advindo do chip. José da Datami mencionou que pelo deve ser analisado os dados do aplicativo do celular. Cristiano da Vivo menciona que o LGPD faz parte de todos os serviços prestados pela empresa.</p>	<p>Herlon questiona se é possível realizar o controle dos dados por geolocalização</p>
<p>2.1.4.O link patrocinado deve ofertar um serviço utilizando tecnologia 3G ou superior;</p>		
<p>2.1.5. A solução deve funcionar em dispositivos móveis;</p>		

2.1.6. A solução apresentada deve estar em conformidade legal com a LGPD - Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;		
2.1.7. A empresa deve estar em compliance com a LGPD - Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;		
2.1.8. A solução deverá estar em compliance com o Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/2014;		
2.1.9. A solução deverá prover meios para a contratante rastrear a origem do acesso para apoiar cenários de forense e investigação criminal;		
2.1.10. Os dados devem ser processados e trafegados somente em servidores dentro do Território Nacional;		
2.1.11. Quando necessário realizar o armazenamento dos dados para qualquer propósito, os mesmos devem ser armazenados somente em servidores dentro do Território Nacional;		
2.1.12. A solução deverá impedir o acesso patrocinado para qualquer outro conteúdo que não esteja especificado no contrato, devendo a solução impedir qualquer forma de se burlar o mecanismo de controle de acesso a sites que não estão previstos no acesso patrocinado.		
2.2. Contratação de Empresa para prestação de serviços de Provedimento de Dados Móveis Patrocinados exclusivamente para os usuários do produto.	<ul style="list-style-type: none"> - Cristiano menciona que para vivo não é possível filtrar o patrocínio apenas para os usuários que estão sem plano de dados. O patrocínio de dados será provido para todos os usuários. Antonio menciona que o Bradesco possui um serviço contratado desta forma de uma operadora, mas não sabe como funciona. - José menciona que o sistema liberado apenas para usuários de pré-pago, poderia gerar um problema com órgãos de controle. - Cristiano da Vivo mencionou que desconhece algo neste sentido, mas que a maioria da população possui serviços para acesso a serviços via celular. Menciona também que não acredita que a diferenciação de público pelo fato de ser pré ou pós pago talvez não seja o melhor critério - José da Datami, disse que quem controla a utilização do tráfego patrocinado é o dono do aplicativo, neste caso o próprio Serpro. Cristiano da Vivo complementa que dever ser realizado um estudo para como a aplicação será disponibilizada. José da Datami menciona que quem faz o controle de ligar ou desligar o patrocínio de dados é o dono do aplicativo, menciona ainda que o acesso ao login de um sistema ser patrocinado ou não é uma questão de UX (User Experience) - Cristiano da Vivo responde que não vê problema, mas teria que ser analisado pela área de marketing. - Cristiano vivo menciona que talvez as integradoras de aplicativo poderiam talvez atender, mas vai depender o tamanho do aplicativo. José da Datami acha que o volume de dados para o serviço não seja grande mas acredita que deva ser mencionado de forma coerente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dulcemara questiona se é possível verificar se o cliente está com o serviço disponível ou não. - Alexandre menciona se através do open-gateway não teria como desenvolver uma filtragem desse tipo. - Herlon questiona se é possível informar o usuário que ele está utilizando um serviço patrocinado. - Cristiane menciona que hoje não necessariamente que o usuário que acessa o Cidades está logado no GovBR. - Dulcemara questiona sobre a cobrança reversa se é possível definir pacotes com tamanho de dados, para um determinado número de usuários. - Rodrigo que se as Operadoras tem conhecimento sobre o patrocínio de dados do meu INSS para ter uma noção do volume de tráfego. - Dulcemara questiona sobre o acesso através do acesso GoVBR, via aplicativo ou site. - Dulcemara disse que devemos estudar a situação. - Herlon menciona que a franquia refere-se ao contrato. - Cristiane pergunta se há outra maneira de cobrança, se seria somente por quantidade de dados. - Rodrigo comenta sobre o Webview se e a Debora complementa a questão que ainda existe a restrição quanto ao Webview. - Rodrigo levanta a questão de segurança com a equipe de segurança. A equipe de segurança esclarece que o acesso de dados refere-se ao acesso do sistema em função do Marco Civil e a LGPD. Tarcizio menciona que seria interessante uma POC para validar os dados referente a segurança.

	<p>- Cristiano da Vivo disse que desconhece esse contrato</p> <p>Cristiano da Vivo acredita que o patrocínio deve haver o patrocínio da página de login.</p> <p>- Cristiano da Vivo questiona se terá um pacote mínimo de dados, e como seria da contratação se haveria uma franquia mínima</p>	
2.2.1. Entende-se por Provimento de Dados Patrocinados para o produto.		
2.2.2. Considera-se usuário da solução, para os fins dos serviços deste objeto, qualquer pessoa física que utilizar a GOV.BR em território nacional.		
2.2.3. Trata-se de prestação de serviços de Provimento de Dados Móveis Patrocinados exclusivamente para os usuários do produto		
2.2.4. A reversão da cobrança pelo tráfego de dados móveis é realizada pelas operadoras de telefonia através de um SDK (software development kit), que isenta o usuário dos custos pelo uso de dados móveis e onera o órgão contratante.	<p>Cristiano menciona que para vivo não é possível filtrar o patrocínio apenas para os usuários que estão sem plano de dados. O patrocínio de dados será provido para todos os usuários. Antonio menciona que o Bradesco possui um serviço contratado desta forma de uma operadora, mas não sabe como funciona.</p>	<p>Dulcemara questiona se é possível verificar se o cliente está com o serviço disponível ou não</p>
2.2.5. O serviço de cobrança reversa via Internet Patrocinada deverá ser contratado junto às Operadoras de Internet Móvel, autorizadas pela ANATEL, e habilitadas para prestação dos serviços de Dados Móveis Pessoais (SMP) dentro do território Nacional.		
2.2.6. O serviço de cobrança reversa via Internet Patrocinada deverá contemplar exclusivamente a utilização da solução Cidades GOV.BR a partir da sua inicialização em todos os seus fluxos de autenticação, com base nas URLs necessárias.		
2.2.7. A contratada deverá oferecer, através da solução tecnológica utilizada, a possibilidade de identificação do status de disponibilidade da navegação gratuita através de mensagens padronizadas diretas ao usuário.		
2.2.7.1. Deverá ser permitido à Contratante a customização das mensagens.		
2.2.8. A Contratada deverá providenciar, por meios próprios, tecnologia específica por meio de pacote de softwares SDK (Software Development kit) e demais ferramentas a serem integradas na solução do Cidades GOV.BR, necessárias para o funcionamento do serviço de cobrança reversa via Internet Patrocinada.		
2.2.9. O faturamento pelo serviço de internet patrocinada deverá ser mensurado com base no efetivo consumo de dados móveis do usuário apenas enquanto estiver utilizando a solução Cidades GOV.BR e o navegador web nos fluxos de autenticação do Acesso GovBr.		

2.2.10. A Contratada não poderá extrair e nem armazenar informação dos usuários da solução Cidades GOV.BR e deverá prover a autenticação e autorização, sem armazenar tais informações.		
2.2.11. Os serviços deverão ter disponibilidade em regime contínuo do tipo 24x7, inclusive feriados, considerando as eventuais falhas que deverão ser registradas nos relatórios de faturamento mensais a serem encaminhados à Contratante, de acordo com os chamados técnicos registrados no período Faturado.		
2.2.12. A bilhetagem ou mensuração dos dados trafegados só poderá ocorrer a partir da inicialização da solução Cidades GOV.BR no aparelho telefônico, independente do login do usuário.		
2.2.13. Os serviços de cobrança reversa deverão ser compatíveis com os equipamentos de comunicação móvel mais comuns do mercado, incluindo tablets e smartphones.		
2.2.14. Eventuais inadimplências dos usuários com contratos pré-pagos junto às operadoras não poderão afetar o acesso gratuito a solução do Cidades GOVBR, desde que dentro dos prazos legais para cancelamento das linhas telefônicas, e dentro do prazo de validade dos créditos adicionados.		
2.2.15. Facultará à operadora o bloqueio das linhas de usuários para o caso de Inadimplências relativas aos planos pós-pago e controle, desde que seja cumprido todas as normas legais, bem como os prazos legais, ou quaisquer normas que venham a regulamentar a matéria.		
2.2.16. A Contratada deverá fornecer plataforma de gerenciamento, por meio de interface gráfica e acesso remoto, via web, compatível com o sistema operacional Windows 10 ou superior, que emita relatórios de consumo de tráfego de dados de forma detalhada, permitindo o monitoramento através de interfaces gráficas, dashboards, entre outras ferramentas aplicáveis, além de conter.	Cristiano da Vivo só através de relatórios a partir do credenciamento do trecho da operadora, caberia estudo para verificar a possibilidade desenvolvimento. José da Datami informa que como integrador possível um painel online, onde é possível a verificação dos dados, porém não é real time, delay aproximado de 15 min.	Herlon questiona se é possível mencionar o volume de dados, através de um sistema o acesso e o consumo de dados? Dulcemara complemento se é possível verificar o sucesso ao sistema.
2.2.16.1. Acompanhamento em tempo real dos dados trafegados em MB com prazo de atualização não superior a 30 minutos, sendo possível identificar o quantitativo total de dispositivos móveis.		
2.2.16.2. Configuração de filtros para verificação de volume de tráfego e número de usuários.		
2.2.17. A Contratada deverá fornecer cadastro a pessoa designada pelo SERPRO para acesso ao sistema supracitado.		
2.2.18. A Contratada deverá encaminhar mensalmente, em até 10 dias úteis após o fechamento do ciclo de faturamento, Relatório Mensal de Execução dos Serviços contendo no mínimo:		

2.2.18.1. A Contratada deverá encaminhar mensalmente, em até 10 dias úteis após o fechamento do ciclo de faturamento, Relatório Mensal de Execução dos Serviços contendo no mínimo:		
2.2.18.2.Data de início e fim do ciclo de faturamento apurado;		
2.2.18.3. Quantidade de Dados Trafegados em MB do período faturado;		
2.2.18.4. Demais métricas que permitam a avaliação da efetividade dos serviços.		
2.3. identificação das Necessidades Tecnológicas.	<p>- Cristiano da Vivo menciona que a operadora não tem controle sobre o tráfego patrocinado. José da Datami reafirma que pelo entendimento dela como integradora, o serviço não seria afetado. Corroborando o entendimento da Vivo.</p> <p>- Cristiano da Vivo respondeu que cada operadora fará o controle do tráfego reverso. Antonio da Algar menciona a questão do Roming, entretanto reafirmou mesmo neste caso a operado de origem é a patrocinadora. Cristiano da Vivo, ficou de verificar se é possível criar algum filtro para esses casos. Yuri da Claro mencionou alguns problemas quando o patrocínio foi realizado por ip, por exemB1:B1048576plo acesso a páginas externas. Yuri informou que o serviço “Meu Inss” foi contratado com a Claro, mas não foi implementado por questões técnicas da Dataprev.</p>	<p>- Dulcemara questiona se é possível independente da operadora. - Herlon ratifica o entendimento que o credenciamento será por operado, caso a operadora não seja credenciada o usuário desta operadora não terá o tráfego patrocinado. Rodrigo do Serpro, questiona a situação do patrocínio por ip, visto que as urls do cidades GOVBR, utilizam a autenticação do GOVBR.</p>
2.3.1. O SDK (Software Development kit) deverá ser compatível com os principais sistemas operacionais para smartphones utilizados no mercado.		
2.3.2. Caso ocorra alguma necessidade de customização do SDK para atender a possíveis atualizações dos sistemas operacionais para equipamentos de comunicação móvel, esta de verá ocorrer sem ônus para a Contratante.		
2.3.3. Caberá à Contratada informar ao SERPRO, sempre que uma nova versão do software utilizado seja disponibilizada.		
2.3.4. A solução Cidades GOV.BR não poderá ficar indisponível em caso de eventuais falhas ou indisponibilidade do serviço prestado.	<p>Cristiano da Vivo menciona que a operadora não tem controle sobre o tráfego patrocinado. José da Datami reafirma que pelo entendimento dela como integradora, o serviço não seria afetado. Corroborando o entendimento da Vivo.</p>	<p>Herlon /Rodrigo. Responderam que vamos rever o item.</p>
2.3.5.As funcionalidades do serviço de navegação patrocinada não poderão interferir no funcionamento normal de qualquer componente de software embarcado nativamente pelo Cidades		



GOV.BR, bem como do aparelho do usuário.		
2.3.6. O serviço de navegação patrocinada não deverá impactar a velocidade de conexão ou a experiência do usuário na interação com o aplicativo Cidades GOV.BR.		
2.3.7. Eventuais atualizações do SDK que possam impactar o provimento de tráfego de dados aos usuários deverão ser comunicadas à Contratante.		
2.3.8. As atualizações supracitadas deverão ocorrer sem ônus para a Contratante.		
2.3.9. Quando o usuário utilizar o acesso ao ambiente do Cidades GOV.BR patrocinado por meio do serviço de rede de banda larga do tipo WiFi, ou outro tipo de tecnologia de acesso à internet disponibilizado pela Contratada, o valor do tráfego não poderá ser contabilizado para efeito de faturamento ao SERPRO.	Cristiano da Vivo esclareceu que o acesso patrocinado será realizado a partir de um chip da operadora.	Dulcemara questiona se a operadora terá restrição quanto a utilização de um acesso móvel ou acesso de uma micro.
2.3.10. Quando o usuário utilizar o acesso ao ambiente do Cidades GOV.BR patrocinado por meio do serviço de rede de banda larga do tipo WiFi, ou outro tipo de tecnologia de acesso à internet disponibilizado pela Contratada, o valor do tráfego não poderá ser contabilizado para efeito de faturamento ao SERPRO.		
2.3.11. A Contratada deverá apresentar, durante a reunião inicial após a assinatura do contrato, as funcionalidades de suas ferramentas de gestão e gerenciamento, assim como as rotinas de manutenção e suporte técnico já utilizadas pela Contratada e recomendadas para manter a qualidade e disponibilidade da Solução de forma a proporcionar a melhor gestão dos serviços.		
2.3.12. As condições para elegibilidade do patrocínio de tráfego de dados móveis devem seguir os parâmetros elencados abaixo:		
2.3.13. O Usuário precisa estar com os dados móveis ativados em seu aparelho, independentemente da existência de pacote de dados.		
2.3.14. O Serviço deverá funcionar em qualquer dos planos pré-pagos, pós-pagos ou controle, sob concessão da Contratada.		
2.3.15. O usuário precisa ter conectividade à rede de internet da operadora credenciada.		
2.3.16. O SimCard do usuário precisa estar com dados móveis ativo.	Cristiano da Vivo questiona como é a autenticação do sistema, se o usuário entra primeiro no GOVBR ou primeiro ele acessa o Site da cidade e depois é direcionado ao	Rodrigo do Serpro, questiona a situação do patrocínio por ip, visto que as urls do cidades GOVBR, utilizam a autenticação do GOVBR



	GOVBR. José da Datami exemplifica como seria o controle de fluxo sobre o aplicativo.	
2.3.17. O patrocínio de tráfego de dados móveis independe da existência de pacote de dados ativo pelo usuário.	Eden da TIM, sugeriu que o APP GOVBR contemplem todos os aplicativos de governo.	Dulcemara responde que que hoje é realizada das 2 formas e menciona que a ideia do tráfego patrocinado é justamente o atendimento dos acessos aos sistemas das cidades. Rodrigo e Cristiane debatem como poderia ser o controle de fluxo do aplicativo.
3. Níveis de Serviço.	Antonio questiona se os níveis de serviço são padrão da Anatel	Herlon Serpro respondeu que são níveis de serviço padrão do Serpro. Weldon /Herlon. Solicitam contribuições via e-mail disponibilizado e o oferecimento de possíveis POC junto às empresas.

Encerrada a sessão da Consulta Pública, informando aos presentes sobre a intenção de realização de POCs e o e-mail cp-patrociniodados@serpro.gov.br para sugestões e detalhamentos de possíveis contribuições.